

Questões sobre a categoria ontológica do trabalho*

Mônica Mota Tassigny
Universidade de Fortaleza

Resumo

Este artigo debate diversos posicionamentos sobre as mudanças no mundo do trabalho e justifica e reafirma a importância da categoria trabalho como central, portanto, como categoria ontológica, não eliminável da vida em sociedade.

Palavras-chave: Trabalho, centralidade, ontológico.

Abstract

This article discusses many views of changes now in progress in the working world. It endorses and tries to justify the view according to which such a category is an important, ontological one, and that it is not eliminable from life in society.

Keywords: Work, centrality of work, ontological

O século XXI se instaura como a era do desemprego, como o fim da sociedade do trabalho, como os tempos da reestruturação produtiva e da globalização das economias.

* Issues concerning the ontological category of work

No plano socioeconômico o capital financeiro movimenta-se, em escala planetária, rompendo fronteiras de forma excludente sem precedentes. Move-se com uma velocidade surpreendente de um país para outro, dilapidando economias e fundos públicos, gerando fome, violência e barbárie social e, antes de tudo, vem também universalizando a miséria.

Esse processo desencadeia novas formas de organização da produção, originando, nesse contexto, a produção “flexível”, incrementando nova base técnico-científica à produção; fatos que têm permitido que as economias aumentem de produtividade, ao mesmo tempo em que diminuem, consideravelmente, os postos de trabalho.

Tais transformações, que não têm ocorrido uniformemente no mundo, inauguram uma crise de paradigmas nas Ciências Humanas e Sociais tendo como foco o trabalho. Surge ampla literatura de tradição liberal, agora chamada pós-moderna, teorizando sobre o fim da sociedade do trabalho.

Nesse quadro alguns teóricos afirmam que os avanços científico-tecnológicos da produção engendram uma “nova” sociedade, onde o trabalho perde sua centralidade como criador de valor. Perdendo o trabalho sua função de elemento organizador da sociabilidade, desaparece, então, com ele, sua “viga mestra”, o trabalhador e as contradições entre capital e trabalho.

Nesse quesito urge indagar sobre as novas relações que vêm se estabelecendo entre o homem e o trabalho, revelando o caráter falseador dos argumentos sobre o fim do trabalho. Nesse particular reforçamos a validade da perspectiva histórica e dialética como base teórica capaz de desvelar de forma crítica os fundamentos de tais teorizações.

Para Marx (1980, p.218-9) o trabalho é a categoria fundante do ser social, portanto, condição natural e eterna da produção da vida social e independente de qualquer forma de sociedade, por isso categoria ontológica¹, isto é, central na vida dos homens.

¹ MARX, K. *Manuscritos econômico-filosofia del 1844*. Trad. Norberto Bobbio, 8. ed., Torino: Giulio Einaudi Editori, 1983, p. 188. Ver também, CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resoluções metodológicas. In: TEIXEIRA, F. J. S. de. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995. Nesse texto Chasin comenta que a captura da objetividade por Marx, via o trabalho, caracteriza o momento da “[...] linha de força da nascente ontologia marxiana” (p. 364), questão essa que George Lukács vai aprofundar em sua *Ontologia do ser social* (1981).

Na mesma direção, Lukács (1981, p.26), concordando com Marx, esclarece que, no capitalismo, o trabalho se manifesta, em sua particularidade histórica, sob a forma de força de trabalho subordinada aos interesses do capital, contudo, não perde sua centralidade ontológica como fonte primária de realização humana e como modelo privilegiado de toda práxis social.

O debate acerca do lugar social do trabalho

A atual situação de desemprego, aliada às mudanças no mundo do trabalho, tem motivado previsões variadas sobre o “fim do trabalho e do proletariado” e sobre o próprio fim do capitalismo².

Um dos aspectos essenciais dessas transformações diz respeito ao que se costuma chamar de “reestruturação produtiva”, que tem acarretado, em termos práticos, a destruição, em larga escala, da força de trabalho. Como nunca antes na história, se articularam de forma tão intensa o desenvolvimento das forças produtivas e altos níveis de desemprego.

Nesse contexto, acrescenta François Chesnais (1997), a “mundialização do capital” se exprime com grau de liberdade quase total para expandir-se, deixando de se submeter aos antigos entraves e limitações à produção. Entretanto, diz Chesnais, ele não é, de forma alguma, um capitalismo “renovado”; simplesmente encontrou bases mais adequadas para desenvolver-se.

A partir desse quadro, legitimam-se algumas idéias sobre o fim do trabalho. Algumas delas apóiam-se na tese da diminuição da classe operária industrial tradicional, bem como no fato atual de expressiva expansão do setor de serviços.

Sem esgotar a amplitude que caracteriza o debate sobre a crise do trabalho, chamamos a atenção para uma usual redução do conceito de trabalho à noção de *praxis* utilitária³. Isto é, homogeneizam, num só conceito, a noção ontológica de trabalho, como categoria central da sociabilidade e o significado de trabalho particular e histórico, e sua atual e constatável retração na vida cotidiana.

² Sobre essa questão, ver: ANDERSON, P. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

³ “O homem comum [...], enredado no mundo de interesses e necessidades da cotidianidade, não ascende a uma verdadeira consciência da práxis capaz de ultrapassar os limites estreitos de sua atividade prática para percebê-la, sobretudo, em algumas de suas formas – o trabalho, [...] em toda sua dimensão antropológica, gnosiológica e social. (VÁZQUEZ, 1977, p. 15).

Segundo Lessa (1997, p.162), o peso do trabalho nas tarefas cotidianas, ao longo da história, varia de sociedade para sociedade e, nessas, de classe para classe:

[...] Apenas a análise concreta destas formas históricas pode dar conta desse fenômeno, não havendo nenhuma linearidade necessária (nem de negação nem de afirmação) entre a centralidade ontológica do trabalho e a diminuição da presença do trabalho enquanto dimensão da vida cotidiana [...].

Ainda nas discussões sobre o futuro do trabalho, a noção de sociedade do trabalho fundamenta-se na figura da empresa industrial, cujo paradigma são a fábrica e o trabalhador industrial, mão-de-obra considerada “livre” para vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Partindo dessa base, Dahrendorf⁴, por exemplo, afirma a perda da centralidade do trabalho na sociedade. A prova disto, afirma esse autor, são o destino certo do desemprego e a diminuição crescente das horas de trabalho necessárias à produção.

Também pela mediação do desemprego e pela proliferação do setor dos serviços, Offe⁵ questiona o trabalho como princípio organizador da sociabilidade. Para esse autor tais fenômenos ocorridos no mundo do trabalho rompem com a tradicional construção da identidade social dos trabalhadores a partir do trabalho.

Offe teoriza sobre o surgimento de uma nova relação da sociedade com o trabalho. A crescente utilização da informática, aliada às ferramentas da comunicação, aponta para nova configuração das relações produtivas, agora, qualitativamente diferente das anteriores e com implicações irreversíveis na relação dos homens com o trabalho.

Tanto a posição de Dahrendorf quanto a de Offe negam a validade da teoria do valor-trabalho de Marx, como base para se compreender a sociedade atual. Para ambos a contribuição de Marx estaria ultrapassada porque somente podia dar conta daquela sociedade industrial baseada no trabalho e no conflito capital/trabalho, característicos do século XIX.

⁴ DAHRENDORF, R. O conflito social moderno. São Paulo: Zahar, 1992.

⁵ OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Já Drucker⁶ vai ainda mais longe, alega que vivemos numa sociedade pós-industrial. O capital, a terra e a mão-de-obra não são mais fatores imprescindíveis à produção. O importante são o conhecimento, a tecnologia e a informação. A força diretiva da sociabilidade, então, seria o valor-conhecimento e não o valor-trabalho.

Na mesma direção, Gorz⁷ decreta o fim do trabalho, do proletariado e dos antagonismos entre capital e trabalho. Nessa interpretação, a automatização da produção criou condições para que robôs substituam o *tête-à-tête* do trabalhador com a matéria-prima na produção.

A partir dessas constatações, justifica Gorz, o tempo de trabalho não pode mais ser a medida do valor econômico. Nesses termos, o trabalho vivo no sentido marxista do termo deixa de ser parâmetro da produção de valor, portanto, não mais ocuparia lugar central na sociabilidade contemporânea.

Habermas⁸, na mesma linha de raciocínio dos autores supracitados, nega a centralidade do trabalho por outras vias. Afirma a centralidade do “mundo de vida”⁹, isso é, da ação comunicativa como fundamento último e organizador da vida social.

Para esse autor¹⁰ o esquema analítico de Marx, baseado na teoria do valor-trabalho, foi, no passado, um instrumento eficiente para explicar o funcionamento do capitalismo, contudo, tornou-se insuficiente para explicar o capitalismo atual, caracterizado por uma crescente intervenção estatal e pela incorporação da ciência e da técnica como principal força produtiva.

Conforme Habermas, se a sociedade não é mais autônoma, nem auto-regulada pela economia – pelo mercado, e depende cada vez mais da intervenção política do Estado, regulando as relações entre capital e trabalho, então Estado e economia estão tão imbricados e interligados que a crítica à sociedade não pode ser uma crítica unilateral, abrangendo somente a esfera econômica, como indicara Marx.

⁶ DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993. Ver também TOFLER, A. *A terceira onda: morte do industrialismo e nascimento de uma nova civilização*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

⁷ GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

⁸ HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Tauros, 1987.

⁹ Sobre essa questão ver LESSA, S. (1997), op. cit.

¹⁰ HABERMAS, J. *Ciência e técnica como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.

Sendo a ciência e a tecnologia consideradas os vetores centrais da produção, Habermas desloca do trabalho o papel de unidade dominante na produção da riqueza, e assim os conhecimentos técnicos e científicos passam a assumir o papel de principal força produtiva, em oposição ao trabalho desqualificado predominante no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Longe de esgotar a contribuição desses autores, sobretudo, pelo grande alcance teórico da argumentação de Habermas, ressaltaremos a seguir alguns pontos sobre esses posicionamentos referentes ao lugar social do trabalho.

Embora por caminhos diferenciados, todos esses autores negam a hegemonia do trabalho como princípio organizador da sociedade contemporânea. A crise da sociedade do trabalho, em geral, é acompanhada das seguintes explicações: o trabalho tornou-se uma atividade rotineira e desqualificada, incapaz de ser *locus* de auto-realização humana. Vejamos, na seqüência, alguns desdobramentos desses argumentos.

O trabalho manual reduziu-se, quantitativamente e qualitativamente, na medida em que a produção se torna cada vez mais automatizada, reflexiva e científica. Nesse quadro o trabalhador manual, de fábrica, tende a desaparecer, dando lugar a trabalhadores altamente qualificados. Paralelamente, *pari passu*, a esse fenômeno, a redução das horas necessárias à produção tornou-se uma realidade.

No mesmo contexto acrescentam que o mercado de trabalho ficou mais seletivo, sobretudo, pela concorrência imposta à antiga indústria e pela expansão do setor de serviços, daí a exigência da flexibilização das relações de trabalho; leia-se, também, exigência de maior precariedade nas relações de trabalho.

Por fim, concluem que o aumento de tempo livre, de um lado, e, de outro lado, a permanência do desemprego estrutural contradizem a existência de uma sociedade onde o trabalho possa ser considerado um valor central.

As falácias sobre o fim do trabalho

Na comparação entre o pior arquiteto e a abelha, em famosa passagem de *O Capital*, Marx enfatizou o trabalho como a mediação mais basilar da sociedade e condição imprescindível da reprodução social; nesse particular, o trabalho como atividade essencial do ser social distingue o mundo dos homens do mundo biológico e natural.

Para Marx (1983, p.78) o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, porque é o momento predominante na produção de novas situações objetivas e subjetivas que caracterizam a história humana. Dada sua peculiaridade, o trabalho, ao converter a natureza em bens sociais, produz não apenas o “novo”, do ponto de vista objetivo, mas transforma também o próprio indivíduo.

No mesmo sentido, para Lukács (1981) e no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas, naturais, e se constrói um mundo cada vez mais social. Assim, não pode haver existência humana sem trabalho, embora a vida social não se resuma a trabalho.

O reconhecimento da centralidade ontológica do trabalho na vida dos homens como mediação não eliminável da existência social não invalida, entretanto, a crítica às formas históricas que o trabalho assume na sociabilidade capitalista.

Foi na análise da configuração do modo de ser do trabalho na sociedade capitalista que Marx (1980, p.338) pôde demonstrar a existência do fenômeno do estranhamento¹¹ produzido pela exploração do trabalho pelo capital, ligado às circunstâncias históricas particulares dessa sociabilidade e, como tal, não corresponde a nenhuma lei imutável, podendo, por isso mesmo, ser condição superável, do ponto de vista histórico.

Os autores que negam a centralidade do trabalho não distinguem as categorias trabalho cotidiano e ontológico. O trabalho assalariado, particularidade do capitalismo, é tomado como ponto de partida nessas análises e que, decretam, apressadamente, o fim do trabalho.

Em meados do século XIX, Marx (1992) indicou uma crescente tendência de diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção. Nesse sentido, o trabalho tende a ocupar uma quantidade cada vez menor de indivíduos, bem como de horas de trabalho.

Isso porque o capitalismo é um sistema que se desenvolve por meio de uma criação de uma sucessão de formas, como resultado da luta do capital para criar bases mais adequadas às suas exigências de valorização. Assim, a sociedade do tempo livre, embora apareça como tendência, constitui uma possibilidade criada e negada, ao mesmo tempo, pelo capitalismo.

¹¹ Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (p.78) Marx diz que o trabalho estranhado reveste uma relação própria, particular e histórica, comum ao capitalismo, que faz da atividade de trabalho somente um meio para a sobrevivência física do trabalhador.

Conforme Coggiola¹², muitos dos que apostam no fim do trabalho partem de uma apreciação unilateral deste, pois fazem uma separação entre trabalho e valorização. Assim, as análises sobre o fim do trabalho não são feitas, conjuntamente, com uma investigação do atual processo de valorização do capital, isso é, levando-se em conta a impossibilidade real de a sociedade capitalista libertar-se da extração de mais-valia, universalizando o tempo livre.

Nesse particular, as atuais formas de estruturação do trabalho são, na verdade, formas sociais postas em movimento pelo capital na busca de maior agregação de valor. Isso tanto é real, que o atual avanço técnico da produção não universalizou tempo livre para o trabalhador, como realidade efetiva para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos.

Pode-se, entretanto, admitir que, sob a introdução da automação na produção, houve certa redução quantitativa do operariado tradicional, e, embora se detecte uma dimensão mais qualificada do trabalho, não se constata, entretanto, mesmo com as inovações tecnológicas, o fim do trabalho como medida de valor¹³, nem uma real efetivação de uma sociedade sem trabalho.

Embora o constatável crescimento do setor de serviços possa apontar como tendência do surgimento de novas qualidades na forma de ser do trabalho, no entanto, não escapa da lógica de produção e de circulação de mercadorias. Serviços que não tenham nenhuma ligação com o processo de valorização do capital não são necessários.

Na verdade, o fenômeno da terceirização da economia vem ocultando a essência da subcontratação, ou seja: as grandes empresas necessitam hoje de uma rede de pequenas empresas que têm como tarefa o fornecimento de mercadorias, e isso não significou, de fato, maior tempo livre para os trabalhadores desse setor; contrariamente, trabalham mais, porque vivem do salário por peça produzida.

Sobre as novas formas de organização da produção, surgidas da “globalização” da economia, faz-se necessário, também, questionar os posicionamentos que afirmam que as modificações em curso abrem espaço para a liberdade do trabalhador.

¹² Ibidem, p.124-5

¹³ Marx apontou essa tendência nos *Grundrisse*. Embora exista a possibilidade de conversão do trabalhador em regulador do processo de produção, através de um trabalho mais intelectualizado, sua plena efetivação como desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano supõe, como condição sine qua non, a ruptura com a lógica do capital.

A globalização refere-se a um processo, *grosso modo*, caracterizado pelo rompimento das fronteiras econômicas entre os países. O mundo hoje é considerado global, assim como no passado foi considerado imperial, transnacional. O que há de novo é a intensidade da “mundialização do capital”, gerando forte concorrência entre países e provocando crescente precariedade das relações de trabalho.

Esse processo, em marcha, tem gerado um desenvolvimento com grandes diferenças entre os países. Também tem erigido barreiras quase intransponíveis aos planos de desenvolvimento dos países – vide no Brasil a persistente crise financeira.

Essa integração de mercados também colocou para as empresas a necessidade de se reestruturarem para melhor enfrentarem a concorrência externa. Incrementa-se, então, a produção com um conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais, envolvendo desde modificações nas relações entre as empresas até alterações no processo de trabalho.

Em síntese, a reestruturação produtiva caracteriza-se como um processo resultante das transformações que vinham ocorrendo no trabalho desde o final dos anos 1960 e que se intensificaram a partir dos anos 1980, passando a exigir inovações nos padrões de produção¹⁴ e, a partir da década de 1990, impõem-se: a flexibilidade, a agilidade, menores custos e maior diversificação na produção.

Tal organização da produção¹⁵ passou a exigir automação flexível, sistemas de produção industrial sem estoques (*just-in-time/kanban*), ilhas de produção, minifábricas, terceirização, redes de cooperação interempresariais e redução do tamanho das empresas.

Nesse panorama surgiu, também, a necessidade de mudanças internas na organização do trabalho: trabalho polivalente ou multifuncional, trabalho em grupos, subcontratação de mão-de-obra, reengenharia, programas de qualidade total, controle de qualidade, etc.

¹⁴ É importante salientarmos que, no caso de nosso País, o fordismo não chegou a ser implantado plenamente, nem adotou o padrão toyotista integralmente. Não tivemos o modelo distributivista do padrão fordista, nem o Welfare State, ao contrário, a concentração de renda sempre foi a tônica. Podemos dizer que temos um Estado com características intervencionistas, mas diferenciadas do padrão fordista. Do toyotismo tenta-se incorporar somente as inovações organizacionais e um pouco das inovações tecnológicas.

¹⁵ Ver CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e de organização*. Rio de Janeiro: Revar/UFRJ, 1994.

O processo de acumulação deixa de se voltar para a expansão dos investimentos produtivos, e o padrão de valorização passa a se caracterizar como um regime de acumulação financeira. O acúmulo de ativos tem como contrapartida taxas menores de investimentos produtivos e como consequência direta o desemprego e a estagnação dos salários.

Quando se indaga sobre os fundamentos dessas mudanças, explicam que o capitalismo vivencia uma crise situada única e exclusivamente no processo de trabalho ou na esfera da produção. Assim sendo, a crise não seria do capital, mas do trabalho mecanizado. Nesta perspectiva, o toyotismo e seus derivados aparecem como panacéia universal e indicação tópica contra os efeitos nefastos da globalização dos mercados.

Podemos concluir desses breves comentários que as transformações em curso nos processos de produção se fazem em nome do capital, e assim a promessa de liberdade se converte em não-liberdade do trabalhador, pois agora se sujeita à situação ainda mais perversa de exploração: é obrigado a aceitar todo tipo de flexibilização de relação de trabalho, pois precisa sobreviver!

Todos esses argumentos acima comentados, contudo, não superaram a visão marxiana sobre a centralidade do trabalho na sociabilidade. Segundo Marx, o trabalho tem dupla face: a dimensão constitutiva do homem (trabalho em geral), processo central que origina o mundo social, e uma dimensão negativa, o trabalho estranhado, que se manifesta com peculiaridades históricas na sociabilidade capitalista, já indicadas no presente texto.

Já o tornar-se social pelo trabalho foi tema desenvolvido por Lukács (1981) numa perspectiva ontológica¹⁶, tendo como base as teses centrais de Marx sobre o trabalho. Nesse particular, concordando com Marx, caracteriza o trabalho como atividade que se desenvolve entre homens e natureza ou atividade que torna o homem um ser que pertence a uma espécie genérica: o ser social.

¹⁶ Aprofundando as teses centrais de Marx sobre o trabalho, Lukács (1981) vai fundamentar sua ontologia do ser social. É no e pelo trabalho que o homem é um ser objetivo que transforma a natureza e a si mesmo. Nessa transformação o homem se autogera e se exterioriza, ao mesmo tempo em que se faz senhor da natureza e se autodetermina como ser livre. Nesse particular é o processo fundante do devir dos homens e o modelo de toda práxis social. Para Lukács, para entendermos o ser social, em termos ontológicos e tudo que é novo nele, faz-se necessário começar pelo trabalho, porque esse é considerado o fenômeno originário e a protoforma do ser social (p.14).

Essa forma de ser do trabalho, isto é, como categoria central, específica do ser social e condição eterna da existência humana, existe independente de qualquer formação social, ou seja, é condição válida para todas as épocas.

Isso porque a natureza nada produz por si só, ela é, antes de tudo, potência do ato humano. A própria tecnologia e a automação são resultados do domínio humano sobre as forças da natureza ou produtos do trabalho humano, e esse, condição essencial e não eliminável da própria produção da existência humana, portanto, categoria ontológica porque central na vida em sociedade.

A alegação de que a ciência, isto é, ela mesma produto da capacidade humana de trabalho, se converteu em força produtiva não consegue legitimar o argumento da não-centralidade do trabalho.

O trabalho é o fundamento da vida social, ou seja, traduz sempre a capacidade humana de domínio sobre a objetividade material e social, embora, no capitalismo atual, surjam novas e sofisticadas formas de controle do trabalho e de extração de mais-valia. Tal fato ocorre, não por uma vontade, ou desejo do capitalista ou do trabalhador, mas porque o processo que vivenciamos, hoje, se realiza dentro de uma forma social fetichizada¹⁷, no qual o sujeito é o capital, e o homem e seu trabalho transformam-se apenas em predicados desse.

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

COGGIOLA, O. (Org.) *Marxismo hoje*. São Paulo: Xamã, 1994.

COGGIOLA, O. (Org.) *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

COGGIOLA, O. et al. *Neoliberalismo ou crise do capital*. São Paulo: Xamã, 1994.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e de organização*. Rio de Janeiro: Revar, UFRJ, 1994.

¹⁷ Nos termos em que na sociedade capitalista as coisas – produtos do trabalho humano – adquirem propriedades de valor, não por serem propriedade naturais, mas produtos das relações estranhadas do capitalismo, onde as mercadorias surgem como um poder sobrenatural que se volta contra os próprios homens (MARX, 1980, p.104-5).

- DAHRENDORF, R. *O conflito social moderno*. São Paulo: Zahar, 1992.
- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1995.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HABERMAS, J. *Ciência e técnica como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Tauros, 1987.
- LESSA, S. A centralidade do trabalho; qual centralidade? *Revista de Ciências Humanas*, v. 15, n. 22. Florianópolis: UFSC, 1997.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARK, K. *II Capitale (1867)*. 5 vols. Traduzione di Delio Catimori e Altri. 8. ed. Roma: Riuniti, 1980.
- MARK, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. México: Siglo XXI, 1992.
- MARK, K. *Manuscritti econômico-filosofi del 1844*. Traduzione di Norberto Bobbio. 8. ed. Torino: Giulio Einaudi Editori, 1983.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I, 1989.
- VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da praxis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Endereço para correspondências:

Mônica Mota Tassigny
Rua Paulo Moraes 303, apartamento 401, 60155-170, Fortaleza-CE.

*(Recebido em março de 2003 e aceito para
publicação em setembro de 2003)*